

INCLUSÃO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA FÍSICA NO COTIDIANO ESCOLAR E SOCIAL

Anicarla Glienke Birck*

Silvana M. Bebuschi da Silveira**

RESUMO

O presente artigo aborda como tema a Inclusão Social da Deficiência Física no Cotidiano Escolar e Social. O objetivo do presente artigo é defender que a criança tem direito de frequentar a escola, possibilitando a acessibilidade no espaço escolar, levando em conta a necessidade de conscientização enfrentando preconceito e explanando que a criança com deficiência física pode realizar diversas atividades. Ele traz o problema como está ocorrendo o processo de inclusão social dos deficientes físicos no cotidiano escolar da Educação Básica. A justificativa tem com objetivo de investigar como ocorre a inclusão dos deficientes físicos no cotidiano da Educação Básica, tanto na teoria como na prática. Inclusão é o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência, ou preconceito racial. Portanto a escola e a sociedade devem estar juntas no trabalho pedagógico e social, assim como ambas terão a responsabilidade do desenvolvimento dos alunos no processo ensino-aprendizagem. No objetivo geral busca-se compreender como ocorre a inclusão social dos deficientes físicos no contexto educacional, indo de encontro com os objetivos específicos fazendo uma reflexão para entender o que significa inclusão social quando se refere ao deficiente físico. A metodologia utilizada para o referido trabalho é de cunho qualitativo, teórico e prático. Buscou-se orientação teórica em autores contemporâneos que norteiam as discussões em torno das práticas educativas dentro do processo ensino aprendizagem. Ao concluir esse artigo pude perceber o quanto todas as etapas foram significantes, tive algumas dificuldade que foi superada e posso afirmar que a experiência foi marcante e que ficará para sempre em minha mente. É um trabalho extremamente significativo e de um aprendizado incomparável servindo para melhoria em nossa prática escolar e social.

Palavras- chave: Deficiência Física. Escola. Acessibilidade. Criança. Preconceito.

* Pós graduanda em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares e Garantia de Direitos-UNOESC- Universidade Do Oeste De Santa Catarina- Campus Aproximado De Maravilha- SC.
anicarlabirck@hotmail.com

**Mestre em Psicopedagogia. Professora orientadora da UNOESC.
Silvana.Silveira@unoesc.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O tema do presente artigo Inclusão Social da Deficiência Física no Cotidiano Escolar e Social foi designado para investigar as dificuldades dos deficientes físicos existentes tanto no cotidiano escolar como no convívio social, para que possamos atender as necessidades existentes na pessoa com deficiência física, favorecendo a sua aprendizagem e a sua acessibilidade.

Para chegar aos objetivos propostos, partiu-se de uma entrevista com professores que estão atuando na educação especial, para melhor compreender o tema proposto. Essa discussão está cada vez aprimorando-se no mundo contemporâneo, pois tanto o meio social quanto o cotidiano escolar necessitam aprimorar-se para entender quais as necessidades do aluno com deficiência física, para que ele seja incluído integralmente.

Para entender melhor este tema tão complexo, tem-se observado que as crianças revelam diversidades e complexidades de comportamentos, atitudes e influências multiculturais. Conhecendo-as a partir da observação, o educador tem a oportunidade de enriquecer e criar repertórios lúdicos que atendem a singularidade de cada criança ou do grupo. Por exemplo, se você atua em uma escola que acolhe no mesmo grupo crianças de diversas regiões, se há no grupo crianças com dificuldade motora, iremos incentivar a representação de espaços que as incluam; se há crianças de outra nacionalidade ou cultura diferente, vamos propor incorporar brinquedos, livros e personagens da sua própria cultura, fazendo com que ela esteja inserida no meio escolar e também na sociedade fazendo com que as culturas se entrelaçam crianças com alguma síndrome, incluir elementos que as motivam.

As diversas dificuldades apresentadas pelas crianças precisam ser vistas como singularidades e transformadas em tesouros individuais que potencializam a autoestima e as reconheçam como um indivíduo único e especial. De acordo com o decreto 5.296, de 2004, ela diz respeito à alteração total ou parcial de um ou mais segmento do corpo, acarretando comprometimento da função física (BRASIL, 2004).

Este trabalho irá discutir como acontece a inclusão das pessoas com deficiência física no cotidiano escolar e social. Será feita a partir de pesquisa bibliográfica, que é um processo sistemático de construção do conhecimento e que tem como metas principais gerar novos conhecimentos; e de campo ou empírica, que procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorre no real. Sendo uma pesquisa de campo, precisei ir até as escolas entrevistar professores que trabalham com os deficientes físicos buscando entender como acontece a inclusão. Foram utilizadas ambas as pesquisas para perceber quais são as

semelhanças e a diferença entre a teoria e a prática, saber como os professores pensam e praticam a inclusão escolar.

Para a pesquisa teórica busquei pareceres nos seguintes autores: ARANTES, Valéria Amorim; Proposta Curricular de Santa Catarina; LDB 9394/96; BRASIL. Constituição. República Federativa do Brasil de 1988. Dessa forma, uma das qualidades que o professor possui é a autonomia em sala de aula, oportunizando aos alunos novos conhecimentos, explorando as idéias que trazem do seu cotidiano, utilizando como meio pedagógico. A inclusão é um processo lento tanto nas escolas como na vida social do deficiente físico, e através da socialização nas escolas a criança com alguma deficiência física elimina suas barreiras, interagindo com outras crianças estará usufruindo das oportunidades que a vida lhes proporciona.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

De acordo com o decreto 5.296, de 2004, ele diz respeito à alteração total ou parcial de um ou mais segmento do corpo, acarretando comprometimento da função física (BRASIL, 2004). Este comprometimento das funções físicas pode estar ligado com deformações do corpo seja ela os membros superiores, inferior por funções neurológicas fazendo com a criança esteja limitada com algumas atividades que são realizadas no seu dia a dia.

Sobre o Direito a Educação , a cultura ao Esporte,e ao Lazer o Estatuto da Criança e do Adolescente defende na: Lei nº 8.069, De 13 De Julho de 1990

Art.17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Com o impedimento das funções motoras ou neurológicas a criança sem auxilio não consegue realizar as atividades, isto faz com que ela seja excluída do grupo, fazendo com que não adquira nenhum conhecimento para a sua vida, pois precisamos mostrar que todos tenham direitos de aprender a se defender seja no convívio social como no escolar. Muitas destas pessoas com deficiência física não freqüentam escolas, lugares públicos, necessitam de ajuda das outras pessoas para se locomoverem ou até não vão às ruas, pois elas não estão adaptadas para que eles consigam locomover-se.

Muitos alunos com deficiência física necessitam de recursos, de mobilidade que podem variar desde uma bengala, um corrimão, um andador, a uma cadeira motorizada cujo controle e acionamento podem ser feitos com alta

tecnologia e mínimo de esforço. O desenvolvimento tecnológico evoluiu rapidamente e muito em breve aparecerão novas alternativas de mobilidade antes impensadas. (GIACOMINI, 2010 p22).

Nossas escolas, repartições públicas ou em qualquer lugar, é necessário que esteja adequado para que os deficientes físicos possam locomover-se sem que obstáculos às impeçam. Assumir compromissos na forma de construir um mundo mais contemporâneo e mais humanizado faz com que a evolução esteja escolhendo espécies cada vez mais frágeis ou coletivas. Para que sejamos solidários, é necessário que desejassem fazer o bem ao próximo e para isso precisamos da co-educação e da cooperação. Não devemos pensar em receber somente um aluno, mas sim um ser humano, como ele está, onde ele está; devemos nos aproximar mais das crianças, não em forma de conteúdo, mas sim pelo valor da vida, dar oportunidade para elas conversarem, falar do seu viver.

A ampliação de conhecimentos e visão de mundo ocorrerá na escola, se as atividades pedagógicas forem programadas, planejadas, intencionais, por meio de uma condução que supere obstáculos e que dê sentido às atividades de aprendizagem, despertando necessidade, provocando desejo, levando à mobilização, realizando trabalhos concretos e significativos. (PROPOSTA CURRICULAR/SC, p.36, 2005).

A forma como a criança com deficiência física recebe a sua aprendizagem reflete muito com que é transmitida, dependendo o grau da sua deficiência ela necessita um auxílio de aprendizagem mais ampla, isto é criança com deficiência nos membros superiores necessitam desenvolver atividades que não precisam utilizar esses membros. Para isso suas atividades deverão ser adaptadas à sua deficiência. E se as sua deficiência for dos membros inferiores todos os mobiliários das escolas deverão ser adaptados para que ele consiga transitar com a sua cadeira de roda livre pela escola, e também em qualquer ambiente que ele circular.

Já no conceito de mobilidade projetamos possibilidades de deslocamentos com segurança e com o mínimo de esforço, no sentido de facilitar o acesso, que deve ser realizado preferencialmente de forma autônoma. A inadequação postural e a falta de mobilidade dos alunos com deficiência física poderão se constituir em grandes barreiras para o aprendizado, pois, além de ter acesso aos espaços, é importante que a escola proporcione condições básicas de conforto e segurança, favorecendo a participação do aluno, nas várias atividades escolares. (GIACOMINI, 2010 p.23).

A deficiência física não impede que a criança realize qualquer atividade na escola, a não ser que a criança tenha uma deficiência muito severa que a sua mobilidade a impeça de realizar essas atividades, e que ele tenha total dependência de outra pessoa.

2.1.1 A vida acadêmica do deficiente físico

Para que o aluno com deficiência física participe da vida acadêmica na escola, é necessário que ele sinta-se bem tanto com o seu espaço físico como no espaço onde as atividades serão realizadas, e também para com os recursos adequados para a sua aprendizagem. Com isso, as mobílias das escolas deverão ser adaptadas para com as suas necessidades e não deverão ser barreiras para o que a criança necessita no convívio do seu dia a dia.

A criança com deficiência física realiza diversas atividades no seu cotidiano fazendo com que vários profissionais estejam avaliando o potencial de cada um. Cada pessoa que necessitar dos profissionais da saúde terá auxílio do fisioterapeuta e terapeuta ocupacional bem como as condições físicas que cada um necessitar, neste sentido os arquitetos, engenheiros e designers serão importantes colaboradores para que o desenho e a confecção de estruturas desses recursos sigam normas de segurança, usabilidade, estética e ergonomia.

“Para Arantes (2010, pg.28) Quanto mais um país se sofisticar nas suas competências laborais e acadêmicas e mais se amplia a rede de proteção à deficiência e, com isso, a segregação aumenta e recrudescer.”.

Culturalmente estamos estagnados por um sistema capitalista onde que o preparo de profissionais que auxilia as pessoas para uma vida inclusiva está cada vez mais aberto e que precisamos lutar para que ela seja uma complexidade no cotidiano da vida dessas pessoas com deficiência física. Para que essas pessoas tenham uma melhor acessibilidade e uma interação na vida tanto social como escolar é necessário que o poder público invista em estruturas físicas tanto de escolas como em outros ambientes sociais, onde o deficiente físico possa frequentar sem nenhum empecilho.

Para que isso aconteça uma das atitudes a serem tomadas é a do preconceito que existe na humanidade, pois com isso acontecendo muitas famílias acabam escondendo seus filhos achando que deixando eles em casa ou frequentando somente as escolas especiais estará fazendo um bem a eles, onde que o convívio com as crianças normais faz com que elas consigam ter mais oportunidades que as transformam em seres plenos de vida e de amor para dar e receber.

A educação tem sido caracterizada como um “novo paradigma”, que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino. (ARANTES, 2008, p40).

O valor, o respeito à diversidade e o ritmo que cada pessoa tem, vem sendo cada vez mais valorizado na vida das pessoas com deficiência física, pois por mais que ela seja inserida na vida escolar e social ela não tem o mesmo ritmo de uma pessoa normal devido a sua

acessibilidade e também nesse sentido se encontra todo um sistema onde que nem tudo o que está ao seu redor seja fácil para o seu acesso. Nossos governantes não estão preocupados e muito menos comprometidos com as modificações que precisam ser feitas tanto no pedagógico como nas estruturas físicas dos ambientes. Neste sentido nossas escolas e em qualquer outro ambiente social vão se adequando com esses ritmos de vida dessas pessoas com deficiência física, trazendo para eles um paradigma de que um ajudando o outro conseguimos construir um mundo mais satisfatório.

Sobre o Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer o Estatuto da Criança e do Adolescente defende: Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.

No Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I. Igualdade de condições para a permanência na escola;
- II. Direito de ser respeitado por seus educadores;
- III. Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV. Direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V. Acesso à escola pública e gratuita próximo de sua residência.

2.1.2 A acessibilidade do deficiente físico

Para que uma sociedade consiga fazer valer os direitos à acessibilidade é necessário que se faça valer o uso da legislação e que possamos de fato ver ambientes e outras pessoas não portadoras de deficiências transformadoras, acolhedores acessíveis, fazendo com que essas pessoas sintam-se bem, realizam as suas atividades e as necessidades tanto físicas como as sociais. “O desafio da convivência social por si só não educa, é preciso em determinados momentos e situações, que se faça presente a mediação do (a) educador (a), e principalmente nas ações intencionalmente previstas que possam auxiliar a criança no convívio com o outro”. (PROPOSTA CURRICULAR, 2005, p.60).

Para que a pessoa com deficiência física tenha aprendizagem é necessário que eles tenham uma mediação entre educando e educador, e para isso é necessário que exista ações, sistematizações e reflexões tanto teóricas e práticas a partir das experiências da realidade concreta e na garantia de direitos. Para que se tenha um planejamento ideal para os deficientes físicos, o ideal é que ele seja simples porque o bonito não é fazível, é preciso pensar na integração através da coerência, consistência e da coordenação.

A sociedade consiste em um ambiente de cooperação, rico em informação, com transparência generalizada, a uma cultura de solidariedade onde que várias etapas nos contribuem diversos campos de ação econômica, social, política, intelectual e de cultura. A

família têm sido importante para as mudanças no atendimento aos deficientes, ela ajuda na relação que eles tenham com outras pessoas sem deficiências em atividades práticas faz com eles interagem por intermédio da linguagem, das habilidades em outra área como artística, intelectual e psicomotora.

A Educação Especial nos dias atuais, ainda é confundida como assistência aos deficientes e não como educação de alunos que apresentam alguma necessidade especial, pensando nisso não devemos só pensar em atender a necessidade física e fisiológica, mas também ter objetivos focados no desenvolvimento intelectual e cultural das pessoas com deficiência física.

É importante que as escolas devam promover a apropriação e produção de conhecimento, propiciando interações sociais, uma vez que nada garante que ela se dê em espontaneamente, que assegurem para todas as pessoas com deficiência o direito de pensar, expressar seu pensamento, criar argumentos a partir de discussões realizadas, buscarem soluções comuns através de contribuições diversas.

Segundo a Constituição de 1988, no art. 203, Seção IV. Da Assistência Social:

Art.203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuições à segurança social, e tem por objetivos:

- I-A proteção à família, a maternidade, à infância, à adolescência e a velhice;
- II-O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III-A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV-A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V-A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que promovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Todo deficiente físico tem esses direitos garantidos perante a Constituição. Esses direitos servem para assegurar a integridade física e moral dessas pessoas. Para que isso aconteça procedimentos pedagógicos, profissionais especializados, acesso igualitário aos programas sociais, condições de inserção ao mercado de trabalho são algumas das modalidades. Dentro deste sistema que nós vivemos um liberalismo econômico e social, a vida do ser humano está enfatizada em sonhos, projeções, um ser de projetos, aonde que o convívio da coletividade vem sempre em busca do equilíbrio, pois somos capazes de pensar na organização da vida em liberdade, vivemos em um mundo globalizado que para demonstrar as diferenças no modelo de diferentes situações que a inclusão vivencia no seu cotidiano.

Segundo a Constituição de 1988, no art.206. Seção I, Da Educação.

Art.206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I-Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III-Pluralismo de idéias e de concepção pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - Valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concursos públicos de provas e títulos;
- VI-Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - R A garantia de padrão de qualidade.

Para que o aluno com deficiência física consiga desenvolver suas atividades educacionais na escola é necessário que estejamos atentos em alguns detalhes, pois é de extrema importância que ele sinta-se confortável, porque é através disso que ele vai conseguir realizar as atividades que o professor pedir. Em relação a sua cadeira de roda, ela deverá ser ajustada de acordo com a sua necessidade e principalmente o conforto que ele deverá ter para ajustar o olhar no professor, isso faz com que o aluno consiga uma maior participação. Todos nós temos os nossos limites para realizar as nossas missões, mas as pessoas com deficiência precisam um pouco mais, pois aquilo que será realizada precisa ser extremamente relacionado com os limites deles, porque é através das estratégias que conseguiremos fazer com que sua interação com os materiais didáticos e pedagógicos facilitarão e que ele sinta prazer naquilo que está fazendo.

O respeito, a dignidade de ser diferente nos faz pensar nos direitos impostos nas leis, mas muito pouco fundamentado na sua prática, isso faz com ele seja excluído da sociedade, e que não consigam participar do processo de cidadão porque a acessibilidade é um dilema e que nenhum governante repense de forma inclusiva fazendo com ele se torne um ser sociável, isto é diferente de ser social porque não nascemos humanos, nos tornamos com o passar do tempo, o ser social é aquele que se adaptam as necessidades da vida.

A acessibilidade arquitetônica é de extrema necessidade para as pessoas com deficiência física, pois é através dela que eles poderão acessar todos os espaços físicos das escolas como das repartições públicas, eliminando barreiras e atendendo as suas necessidades.

Alguns exemplos de adequação arquitetônica:

- Construção de rampas;
 - Alargamento de portas;
 - Adequação de banheiros, refeitório, salas de aulas;
 - Sinalização sonora;
 - Sinalização tátil;
 - Colocação de elevadores;
 - Adequação dos acessos em torno da escola.
- (GIACOMINI, 2010 p.40).

As adequações espaciais para os deficientes serão projetadas para que todos consigam ter acesso a todos os espaços físicos, para que ele não tenha nenhuma barreira, para isso as

escolas, entidades públicas deverão estar pensando em um trabalho de redes de parcerias, fazendo com que o aluno supere, e que nada impeça a sua autonomia na vida.

3. MATERIAL E MÉTODO

Inicialmente desenvolvi uma pesquisa qualitativa, pois segundo Minayo (2010 p.21-22): “a pesquisa qualitativa [...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.”

Outro sim destacou que a pesquisa se classifica como bibliográfica e de campo.

A análise dos dados é uma das fases mais importantes da pesquisa, pois, a partir dela, é que serão apresentados os resultados e a conclusão da pesquisa, conclusão essa que poderá ser final ou apenas parcial, deixando margem para pesquisas posteriores (MARCONI & LAKATOS, 1996).

A análise das vivências trabalhadas com a prática dos docentes que convivem com a inclusão das pessoas com deficiência física nas escolas, fazendo com que os mesmos participem da vida acadêmica. As categorias dos dados coletados aqui propostas serão de importância relevante no dia a dia.

Para a elaboração da pesquisa empírica utilizei um questionário com relação ao tema proposto, objetivando conhecer os espaços de atuação dos profissionais que trabalham com a educação especial, como eles estavam lidando com este tema da inclusão social dos deficientes físicos no cotidiano escolar e social. Os resultados aqui abordados foram organizados em um artigo científico, entregue como pré-requisito para especialização em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares e Garantia de Direitos.

Os professores que foram pesquisados serão representados pela sigla PQ1 a PQ5, objetivando manter sigilo dos participantes.

A população foram professores formados em Educação especial, escolhidos aleatoriamente, visando buscar conhecer como foram trabalhadas nas escolas as crianças com deficiência física. Para isso foi feita uma visita e entregue um questionário para 05 professores do ensino regular que atuaram na educação especial.

As professoras pesquisadas atuam no Centro Educacional Mundo Infantil- CAIC e Escola de Educação Raimundo Veit. A análise dos dados foi uma amostra para investigarmos a realidade das escolas, buscando informações que envolvem os deficientes físicos no cotidiano escolar, bem como uma construção de conhecimento dos professores para incluir essa população na vida escolar e social. A pesquisa foi de caráter qualitativo, organizada por

categorias e análises com base no referencial teórico e no resultado da pesquisa empírica. Para a pesquisa teórica busquei pareceres nos seguintes autores: ARANTES, Valéria Amorim; Proposta Curricular de Santa Catarina; ECA; Estatuto da Criança e do Adolescente; Constituição. República Federativa do Brasil de 1988.

Sendo uma pesquisa de campo, eu fui até as escolas entrevistar professores que trabalham com os deficientes físicos, foram cinco educando com quatro questões para eles responder, e através das respostas pude entender que cabe aos profissionais a responsabilidade e a habilidade de ensinar essas pessoas para a promoção da acessibilidade, cidadania e ao ingresso no mercado de trabalho.

Foram utilizadas ambas as pesquisas para perceber quais são as semelhanças e as diferenças entre a teoria e a prática, bem como os professores pensam e praticam a inclusão escolar.

A pesquisa qualitativa analisa o caráter de levantamento de dados para posterior análise e a chegada a um resultado de pesquisa com o comprometimento de uma possível solução para o problema. Há um comprometimento da pesquisa que modifica a realidade social.

4. RESULTADOS

4.1- O SIGNIFICADO DA INCLUSÃO DO DEFICIENTE FÍSICO

A inclusão de pessoas com deficiência física está sendo desmistificada e que as desigualdades humanas trazem uma relação expressiva que o deficiente tem muitas barreiras em seu meio onde vive e se relaciona, ela é a inserção da pessoa com deficiência na sociedade ressaltando uma vida de direitos para todos pensando nisso: Q1- O que significa inclusão do deficiente físico? Eles responderam: P1- Incluir não significa colocar o aluno na sala de aula, sem dar condições necessárias para sua permanência, mas sim dar suporte pedagógico, além de ensino de qualidade, espaços e materiais adaptados, para cada um desenvolva ao máximo suas potencialidades. P2- Para que se tem a inclusão do deficiente físico necessita de um espaço físico dentro das leis da acessibilidade, que este indivíduo seja respeitado dentro das leis e deveres. P3- Acredito que a inclusão do deficiente físico teve grande avanço na questão arquitetônica. É um processo lento, mas com muito ainda a ser feito. A inclusão é a inserção da pessoa com deficiência na sociedade, em todos os sentidos. P4- Penso que para incluir uma pessoa com deficiência física é necessário diminuir ou eliminar as barreiras arquitetônicas que dificultam ou impedem seu acesso e sua autonomia.

4.2-A PRÁTICA DA INCLUSÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS

As práticas pedagógicas dentro do contexto escolar serão de suma importância, pois é necessário que o aluno com deficiência física realize atividades valorizando os seus limites e a sua aprendizagem, para isso acontecer às atividades serão pensadas em uma forma de adaptação para ele realizá-la, com esta preocupação questionei: Q2- Como ocorre a prática de inclusão das pessoas com deficiência física nas escolas de ensino regular? Eles responderam: P1- Ocorre com a possibilidade de conseguir progressos significativos dos alunos com deficiência física, por meio de adaptações de práticas pedagógicas, arquitetônicas, mobiliárias entre outras. P2- Que na prática pedagógica dentro do espaço escolar, as atividades devem ser adaptadas conforme suas habilidade e possibilidade do individuo para que haja uma inclusão e aprendizagem. P3- A inclusão ocorre de forma lenta e gradativa. Na questão arquitetônica muito já se fez, na aprendizagem tem atividades que as pessoas, ainda não são pensadas nestas pessoas, principalmente na área de Educação Física. P4- O processo de inclusão não é fato consumado, mas uma construção. Muita coisa já foi feita pela acessibilidade, mas certamente muito precisa ser feito.

4.3-OS ENTRAVES QUE OCORREM COM O DEFICIENTE FÍSICO

A educação básica está vivendo um processo de transformação onde a sua principal mudança está relacionada à inclusão, para isso acontecer barreiras precisa ser desmistificada valorizando um ensino de qualidade e uma acessibilidade adequada tendo presente isso perguntei: Q3- Quais os entraves para que ocorra a inclusão do deficiente físico na escola de ensino regular? Eles responderam: P1- Ainda existem muitas barreiras para um ensino de qualidade para estes alunos no ambiente escolar como: Falta de professor qualificado; Infraestrutura e acessibilidade inadequada; Poucos materiais de acessibilidade; Recursos pedagógicos ou materiais adaptados as necessidades de cada um. P2- O espaço físico não adequado; Professores não habilitados; Conteúdo muitas vezes não adaptados; Falta de equipamento pedagógico. P3- Alguns entraves é a questão das escolas construídas antigamente que não eram pensadas e planejadas para receber estas pessoas. Também tem a formação de professores que ainda é bastante precária na área, não tendo muito professor habilitado. P4- Muitas escolas foram construídas em terrenos muito íngremes e não possibilitam acesso por todo espaço, este seria um entrave arquitetônico, mas também é importante observar que existem outros, como arquitetônico que é muito deficiente ora por falta de recursos, ora por falta de pessoas habilitadas para identificar as necessidades.

4.4-AS POSSIBILIDADES DE INCLUIR O DEFICIENTE NO CONTEXTO ESCOLAR

Para incluirmos o deficiente físico no contexto da educação básica, precisamos primeiramente aceitar o diferente e fazer com que ele tenha vez e voz, respeitá-lo, fazer com que ele seja aceito no grupo, e que ele consiga realizar suas atividades que o professor tenha proposto através de materiais didáticos adaptados neste contexto perguntei sobre: Q4- Quais as possibilidades existentes de incluir o deficiente físico do contexto da educação básica? Eles responderam: P1- Respeito; dedicação; compreensão; isso tanto das instituições de ensino como das pessoas que trabalham com estes alunos, aceitando as diferenças de cada um; P2- Comprometimento dos vários setores responsáveis pela educação básica; P3- A deficiência física é uma da deficiência em minha opinião com maior possibilidade de inclusão. Dependendo de o professor ter visão ampla do seu trabalho, adaptando as atividades e incluindo realmente estas pessoas no contexto da educação. Para que isso ocorra devemos ter profissionais habilitados na área. P4- Eu penso que a deficiência física é uma das deficiências mais fáceis de incluir, o que precisa ser feito é colocar-se no lugar deste indivíduo e respeitá-lo, adaptando seus materiais didáticos e mobiliários, o espaço físico da escola, as atividades com ele, sempre buscando sua autonomia.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base do tema que foi proposto e dos resultados aqui descritos, muita coisa precisa ser feito com relação aos deficientes físicos, mas que a inclusão deles está acontecendo e que cada instituição que recebe estas pessoas trabalhe para que eles sintam-se bem nas escolas e que elas disponibilizem da socialização, o respeito, a comunicação, da aquisição de conhecimento e das suas habilidades.

O comprometimento com a inclusão possibilita a todos os responsáveis das escolas a refletirem sobre como podemos trabalhar com essas crianças e fazer com que elas sintam-se atraídas através de atividades diversificadas pelas escolas e tenham prazer em frequentá-las. Para isso os profissionais da educação precisam estar preparados e se preparando gradativamente para incluir os deficientes físicos no contexto da educação básica, além disso, precisamos ter um ensino de qualidade, espaço e materiais adaptados para desenvolver as potencialidades dos deficientes físicos.

Com relação aos entraves arquitetônicos existe uma grande deficiência, pois as construções que existe agora não foram planejadas para receber os alunos especiais principalmente os deficientes físicos, e também não tem professores habilitados, pois com a demanda desses alunos a carência desses profissionais está fazendo com que outros profissionais realizem esse trabalho. Para a elaboração da pesquisa bibliográfica que é um

processo de construção do conhecimento foram utilizados vários documentos que amparam as áreas acima citadas entre eles ECA; ARANTES, Valéria Amorim; Proposta Curricular de Santa Catarina; Constituição. República Federativa do Brasil de 1988.

A Resolução nº31/123, que proclamou o ano de 1981 como o Ano Internacional para as Pessoas Deficientes. Como consequência no Brasil é elaborada uma política pública de educação especial, proposta pelo Ministério de Educação e Cultura- MEC: Aas escolas públicas assumiriam a responsabilidade de educar os deficientes, exceto os severamente prejudicados, que ficariam sob a responsabilidade das escolas especiais mantidas pelas APAES. (VIRTUS, 2002, pag.259).

Através das políticas públicas que foram elaboradas especialmente para a educação especial e propostas pelo MEC as escolas assumiram a responsabilidade de educar os deficientes físicos, pois a necessidade de incluir e fazer com essas crianças tenham um convívio com as outras crianças normais para estimular o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem. Somente as pessoas com severas deficiências não poderão frequentar o ensino regular e deverão frequentar ensinos apropriados como as APAES, e irão receber atendimento especializado.

6. CONCLUSÃO

Atualmente a sociedade passa por um processo de mudança e de transformação que exige o aperfeiçoamento e o comprometimento tanto de professores como das pessoas do convívio social. Os resultados aqui adquiridos através da pesquisa de campo e bibliográfica que precisamos dar condições para que o aluno com deficiência física frequente tanto a escola como também os meios sociais e que ele consiga usufruir dos espaços adequados para a sua própria deficiência. Que ele seja respeitado e incluído dentro da vida social, e que ele consiga realizar as atividades que o professor tenha proposto respeitando os seus limites físicos e cognitivos. Esta pesquisa poderá ser continuada por outros pesquisadores uma vez que seus resultados não são definitivos.

7. ABSTRACT

This article discusses the theme Social Inclusion of Disability in Everyday School and Social. The purpose of this paper is to argue that the child has the right to attend school, enabling accessibility at school, taking into account the need for awareness facing prejudice and explaining that physically disabled children can perform various activities involving their ability and the manner of operation of parents, teachers and society. It brings the problem is occurring as the process of social inclusion of disabled people in everyday school life of Basic Education. The reason is in order to investigate how does the inclusion of disabled people in everyday basic education, both in theory and in practice, to better understand and understand the lives of disabled física. Para we can include people with disabilities need to learn to respect, accept and believe in the potential of each of them, we cannot forget that they are civil people, with equal rights and duties to everyone else, children have the right to play, can be happy and also interact with means. Overall objective is to seek to understand how social inclusion of disabled people in the educational context, meeting the specific objectives will be a discussion to understand what it means to social inclusion when referring to the handicapped. Theoretically support the inclusion of people with disabilities taking into account the views of experts in the field as well as the current legislation; understand how is the practice of inclusion of persons with disabilities in basic education schools. This research has theoretical and empirical relevance and comeeducational and social needs of our region.

Keywords: Physical Disability. School. Accessibility. Child. Preconception.

REFERÊNCIAS

ABNT, NBR 9050. **Acessibilidade e Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos**. Disponível em <HTTP://www.mpdft.gov.br/sicorde/NBR9050-31052004.PDF>. Acesso em: 10 jun 2009.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente- Presidência da República Casa Civil- Lei Nº 8.069**, DE 13 DE JULHO DE 1990.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente- Presidência da República Casa Civil- Lei Nº 8.069**, DE 13 DE JULHO DE 1990.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Lei n. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. LDB.

FRIEDMANN, Adriana. **O Brincar na Educação Infantil Observação, Adequação e Inclusão**-. -1. Ed. São Paulo: Moderna- 2012. – (Cotidiano escolar, ação docente)

GIACOMINI, Lilia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. Orientação e Mobilidade, Adequação Postural e Acessibilidade Espacial. 2010 Aos educadores que mantêm a chama lúdica acesa, porque “sabem”. As crianças, nossas eternas mestres.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

HTTPS: ||adm. Catalao. Ufg.br|up|567|o|Manual de metodologia científica-prof Maxuwell.pdf.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér: **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos/ Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. – São Paulo: Summus, 2006. -(pontos e contrapontos).

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado de Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Estudos Temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.

VIRTUS/ Universidade do Sul de Santa Catarina. -v. 2, n.2 (2002)- Tubarão: Unisul,2002- Anual ISSN 1519-6070 1. **Psicopedagogia- Periódicos. I**. Universidade do Sul de Santa Catarina. CDD 370.15 Elaborado pela Biblioteca Universitária da Unisul.